Objetividade e Ruído na Produção Jornalística[1]

Ana Lucia Vaz[2]
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Inspirado no paradigma positivista, o jornalista realiza sua pesquisa em busca do fato. Pergunta-se o que realmente aconteceu e tenta conhecer e reproduzir uma realidade inalcançável, por um processo de pesquisa onde a subjetividade é percebida como ruído, o erro, a imprecisão indesejável do processo. No campo da história, principalmente da história oral, a reflexão crítica ao paradigma positivista sugere que podemos conhecer os sentidos e as narrativas subjetivamente construídas, jamais o fato. Ao debruçar-se sobre os processos de construção dos sentidos, a história oral recupera o ruído, não como erro, mas como o que há para ser conhecido.

Palavras-Chave: Entrevista – história oral – jornalismo - objetividade

[1] Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Mestre em Jornalismo Comparado pela USP, professora de Jornalismo da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – e da UNESA – Universidade Estácio de Sá.

Introdução

O fato. Xerém, distrito do município de Duque de Caxias, localizado na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Nos primeiros dias de 2013, uma represa na cabeceira do rio que corta Xerém rompeu sob a pressão das chuvas, durante a madrugada. Centenas de pessoas perderam casa e todos os seus pertences. O fato ganhou as manchetes dos jornais.

As narrativas. Para a prefeitura de Duque de Caxias e para a maior parte da mídia, tratou-se de um desastre ambiental. "Ninguém poderia prever isso", argumentava o secretário de Defesa Civil diante de moradores indignados e confusos.

Alguns jornais noticiaram, nos dias seguintes, que se tratava de "tragédia anunciada". Estudos já haviam alertado a prefeitura, anos antes, sobre o risco que corriam as construções à beira do rio, na região. A cabeça d'água que desceu a montanha engoliu boa parte da área já assinalada como "de risco" pelos engenheiros. A mídia alternativa repercutiu a versão que apontava para o descaso dos governantes com as condições de habitação da população. A maioria das narrativas manteve o rótulo de desastre ambiental para nomear o acontecimento.

A reportagem que fiz para o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro tratava o acontecimento como desastre social, colocando as causas muito mais nas questões da política de saneamento e urbanização que nos eventos ambientais. Para construir esta versão, a principal entrevistada foi uma especialista. Os habitantes da região apareceram apenas ilustrando a matéria. O uso de suas vozes não era muito diferente daquele feito pelas mídias hegemônicas, que culpavam a natureza pela tragédia.

Uma moradora que perdeu tudo que tinha dentro de casa lamentava-se do descaso dos governos. "Eles praticamente disseram pra gente: se vira!" Um mês depois de ter perdido tudo, minha entrevistada reconstruía sua casa lentamente, contando com doações e mutirões comunitários. Sua narrativa reforçava a dificuldade triste da pobreza abandonada pelo governo. As doações e ajudas que vieram dos vizinhos apareciam pontuando um discurso carregado de dor: "se não fosse o dono da loja de móveis que nos deu uma cama", "se não fossem o fulano e beltrano, que se ofereceram para pintar nossa casa", "se não fosse...".

Do outro lado, seu sobrinho expressava alegria aos colegas de trabalho, pela incrível solidariedade que permitiu à tia reconstruir sua vida. "Ele disse que a casa dela está até

melhor que antes!" Este relato me chegou por terceiros, mas a ênfase na imagem de uma história de conquista e solidariedade confrontava-se com a história de abandono que ouvi.

Qual a verdade? Afinal, minha entrevistada está passando dificuldades, ou conseguiu transformar a tragédia em conquista? Sua narrativa, na entrevista, ocultou a verdade pela consciência de que uma jornalista busca tragédia? Ou tratava-se de uma estratégia, porque, na mídia, é melhor mostrar o drama do descaso, para ver se chega alguma ajuda?

Ou foi o seu sobrinho que ocultou a verdade no seu local de trabalho. Lugar essencialmente competitivo, o trabalho é lugar para o marketing pessoal de superação. Diante do governo, é mais proveitoso pousar de vítima. No local de trabalho, é mais aconselhável demonstrar capacidade de vencer na adversidade.

No processo de produção de uma reportagem, o tempo para estas reflexões é estreitado pelo ritmo da produção. A tendência mais provável é o jornalista escolher a narrativa que mais se aproxima do seu enfoque, da sua escolha a priori, e desprezar a que o contradiz. Ou, seguindo os padrões consagrados do jornalismo, buscar uma versão intermediária, uma espécie de média entre as versões discrepantes.

Na realidade, uma terceira versão, nossa, construída pela ponderação arbitrária das diferentes versões. Foi minha opção. Tão enganosa quanto as outras.

O engano está na pergunta. Como jornalistas, nos perguntamos como aproximar nossa narrativa do fato, de modo a torná-la o mais semelhante possível deste. Chamamos a isso de objetividade. Nos manuais de redação, reconhece-se que "a isenção absoluta é impossível" (GARCIA, 2001, p. 112), que "não existe objetividade em jornalismo" (Folha de S. Paulo, 2001, p. 45). Ainda assim, exige-se do jornalista que busque ser "o mais objetivo possível" (Folha, Ibidem), "tentar, o tempo todo, ser absolutamente isento" (GARCIA, Op. Cit.).

A subjetividade é tratada como ruído. Originalmente, "ruídos" seriam os sons que perturbam a mensagem principal a ser transmitida, nos estudos sobre tecnologia de transmissão de informação. O termo será incorporado às teorias sobre a comunicação humana com o propósito de dar um caráter científico à pesquisa deste campo. Para tanto, o conceito de ruído é ampliado "a fim de que abranja os fatores que em cada um dos ingredientes da comunicação podem reduzir sua efetividade" (BERLO, 1982, p.49). Berlo afirma que o ruído é o outro lado da moeda da fidelidade e define: "um codificador de alta fidelidade é o que expressa perfeitamente o que a fonte quer dizer". (Ibidem)

Portanto, o ruído é imperfeição a ser minimizada – idealmente, eliminada – do processo de produção jornalística. A subjetividade, então, seria o erro, a distorção inevitável que nos distancia do real que se pretende reproduzir.

Nilson Lage descreve a função do repórter como a de um "agente inteligente" (2001, p.23), de acordo com o conceito desenvolvido pela ciência da computação. Segundo o autor, o repórter "tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e olhos remotos do público". Ao comparar o repórter ao dispositivo eletrônico com a mesma função de "agente inteligente", Lage descreve as vantagens do repórter graças a sua maior versatilidade, autonomia e amplitude de apreensão da realidade. Já a "desvantagem" do repórter frente a "qualquer máquina", seria o fato daquele ter "sua própria tendenciosidade". (Idem, p.24)

O limite imposto por essa tendenciosidade está "numa série de crenças e padrões de comportamento que nem sempre se adaptam à tarefa que executam e, principalmente, às intenções daqueles que estão representando." (Ibidem)

A tarefa do jornalista é a produção de um texto, impossível de delegar-se a uma máquina exatamente por ser um produto simbólico, resultante de processo subjetivo de atribuição de sentidos. Logo, a afirmação deste "defeito" humano implica em um paradoxo: o que se pede ao jornalista é que produza algo que só o ser humano pode produzir, graças a sua capacidade de produção subjetiva. Mas ao fazê-lo, o jornalista deve atuar de forma a se parecer ao máximo com uma máquina. Como assim?

Os três pilares da objetividade jornalística

A objetividade exigida do jornalista se inicia na produção da pauta. Critérios de noticiabilidade e teorias sobre valor-notícia fornecem arcabouço científico ao processo de seleção das informações.

No segundo momento, a apuração deve ser realizada "com distanciamento e frieza" (FSP, 2001, p.45). Para tanto, deve haver um amplo trabalho de levantamento de informações e checagem. Há também os critérios de seleção das fontes. Nestes critérios, contam, principalmente, as relações de poder dentro da sociedade. Não é por acaso que as "fontes oficiais", aquelas que representam as diferentes estruturas de poder do Estado, sejam tidas como as mais confiáveis (LAGE, 2001, p.63). Também se exige o uso de fontes variadas, preferencialmente divergentes, possibilitando a apresentação de diferentes pontos de vista ao leitor.

O terceiro pilar de sustentação da objetividade na produção jornalística, na prática o mais determinante e mais respeitado, é o estilo narrativo. Um texto objetivo evita adjetivos, termos e informações imprecisas, vai direto ao assunto e oferece dados no lugar de expressões de opinião.

No caso dos critérios de noticiabilidade, a fragilidade conceitual está no leitor. Ou melhor, na representação do leitor. O ponto de referência para definir o grau interesse, proximidade ou potencial surpreendente de um fato é o leitor. No entanto, este leitor é muito pouco conhecido. Ele é, principalmente, uma ideia que os jornalistas criam de seu público. "O termo de referência constituído pelo público – ou melhor, pelas opiniões que os jornalistas têm acerca do público – e os limites dessa referência, são um dos aspectos mais interessantes e menos aprofundados da temática do *newsmaking*" (WOLF, 1995, p.191)

Trata-se de um leitor-objeto – no jargão jornalístico, o "público-alvo". Definido com base em poucos dados estatísticos e muitos conceitos e preconceitos dos jornalistas sobre a sociedade. O leitor não tem a possibilidade de se apresentar em sua existência concreta e subjetiva, mas os conceitos projetados sobre ele expressam a subjetividade própria do universo produtivo do jornalista. Na prática, os critérios de noticiabilidade têm por referência o mundo do jornalista.

O segundo pilar de construção da objetividade jornalística, que diz respeito ao processo de apuração da notícia, é o foco principal deste artigo. A apuração é conduzida por um sujeito, um olhar que busca algo, imerso no caos de infinitas possibilidades de informação. O jornalista precisa selecionar duas ou três informações que seu olhar é capaz de individuar e articulá-las, de modo a construir um sentido compartilhável.

Aqui o engano está na pergunta em que se sustenta o procedimento de pesquisa. O máximo de distanciamento e isenção traduz, em termos jornalísticos, o sonho positivista da objetividade científica.

Michael Löwy (2000, p.32) compara o esforço do cientista social positivista para se distanciar do seu objeto de estudo às aventuras do Barão de Munchausen. Personagem de histórias infantis alemãs, o Barão de Munchausen era especialista em criar formas fantásticas de escapar aos apuros. Em certa aventura, o Barão caiu numa poça de areia movediça junto com seu cavalo. Sem onde se agarrar, ou a quem pedir ajuda, o Barão acabou tendo uma ideia genial. Puxou-se pelos próprios cabelos para fora da poça e ainda trouxe o cavalo apertado entre suas pernas.

Em histórias fantásticas, esta pretensão de abstrair-se do real pode ser apenas engraçada. No jornalismo, ela serve para ocultar os processos de produção do sentido, abafando o ruído que desorganiza o sentido dominante. Apresenta-se, então, um determinado sentido narrativo – onde existem muitos – travestido de fato objetivo que eliminaria todas as outras possibilidades de apreensão do real.

O último pilar, que diz respeito às regras de produção do texto, serve para torná-lo mais interessante e agradável de ler, mas não só. As técnicas de redação jornalística reforçam a ilusão de transparência do texto. Um conjunto de técnicas permite oferecer ao leitor uma leitura que simula a experiência de testemunho do fato.

A redação do título com o verbo no presente "simula a contemporaneidade entre o fato e a leitura de seu relato" (RIBEIRO, 1994, p.12). O lide, ao apresentar uma síntese através de dados também reforça "a impressão de imparcialidade do relato". (Ibidem)

> "A simulação também aparece na exploração do *lado humano*, através do apelo a fatos singulares para ilustrar situações gerais. Assim, ao tratar da evolução de uma greve, destacam-se as aflições de um indivíduo que se considera prejudicado por ela. Por meio desse tratamento, o leitor tem a ilusão de que se aproxima de um evento de grandes proporções, dificilmente alcançável por sua experiência imediata. A simulação é a base da credibilidade de um jornal, na medida em que este é capaz de se apresentar como mediador credenciado entre o público e a realidade." (Ibidem)

Foi esta a função cumprida por minha entrevista à mulher que perdeu seus pertences na inundação de Xerém. A reprodução literal de trechos de sua fala, a descrição detalhada de sua experiência constrói para o leitor a ilusão testemunhal.

Ou seja, se eliminarmos do trabalho jornalístico a subjetividade, não restará nada para ser publicado.

> "A subjetividade é parte integrante da produção jornalística, em todas as suas etapas. Ela não determina apenas as escolhas, mas principalmente as não-escolhas. A observação é condicionada pela subjetividade. A transformação das informações em texto é um processo de interpretação e atribuição de sentidos. Por fim, o que define se o texto será capaz de envolver e mobilizar o leitor são os elos afetivos que estabelece." (VAZ, 2013, no prelo)

Portanto, não se trata de evitar o ruído. A produção jornalística, na busca por uma objetividade possível, no sentido de algum conhecimento válido sobre os seres humanos e sua realidade, precisa reconhecer e aprender a ouvir o ruído. Precisa ouvir as notas que saem do tom predeterminado pelas metodologias consagradas. Metodologias que reduzem a narrativa jornalística à "ideologia da comunicação" (AUBENAS e BENASAYAG, 2003).

Tais metodologias, segundo Aubenas e Benasayag, (2003, p.20), reduzem "a multiplicidade das vozes possíveis a uma fala imediatamente identificável."

Escuta: subjetividade e ruído

As fontes do jornalismo – sejam elas oficiais ou oficiosas, primárias ou secundárias – são prioritariamente pessoas. Em segundo nível de importância vêm os documentos. A observação direta só se aplica raramente. E, mesmo nestes casos, quase sempre estar presente no momento em que o acontecimento se desenrola serve principalmente à coleta de depoimentos no presente.

A entrevista, portanto, é o método privilegiado de coleta de informações. Nos livros sobre técnica e nos manuais de jornalismo, há diversas descrições sobre tipos de entrevista e métodos de proceder, de acordo com o objetivo a ser alcançado.

As orientações gerais incluem organizar bem o roteiro, manter postura neutra diante do entrevistado e conduzir a entrevista sem permitir que o entrevistado desvie o foco da conversa.

Cremilda Medina critica esses procedimentos padrão que, segundo ela, tendem a reduzir a entrevista aos resultados preestabelecidos. "Enquanto insistirmos na competência do fazer, despojada de significado humano, pouco se avançará no diálogo possível numa sociedade em que impera a divisão, a grupalidade, a solidão." (MEDINA, 2000. p.6)

Para superar este limite e estabelecer um diálogo possível entre entrevistador e entrevistado e igualmente entre jornalista e leitor, Medina busca, na literatura, pistas para ampliação da escuta na atuação jornalística. Sugere, então, o deslocamento das teorias sobre entrevista, "da técnica para a arte do diálogo" (2000, p.33).

A literatura ajuda, então, a perceber a narrativa, não mais como simples relato dos fatos, mas como o trabalho humano de dar sentido ao caos. "Da perspectiva individual, sociocomunicacional ou artística, a produção simbólica oxigena os impasses do caos, da entropia, das desesperanças, e sonha com um cosmos dinâmico, emancipatório" (Idem, p. 48)

Medina propõe, então, que o jornalista deve buscar ouvir as múltiplas narrativas humanas, reconhecê-las através de um diálogo aberto entrevistador-entrevistado, construindo, para o repórter, uma prática de "mediador social dos discursos da atualidade."

A contribuição da história oral

No campo da história, o debate inspirado pelo paradigma da objetividade positivista é antigo. A partir dos anos 1940/1950, constitui-se um campo específico de pesquisa histórica, denominado história oral. O principal material de pesquisa destes historiadores é a entrevista. Através dessas entrevistas, são construídas narrativas históricas que pretendem ampliar o conhecimento sobre determinada realidade.

Para legitimar seu método de pesquisa e produção de conhecimento, os historiadores orais tiveram que enfrentar o paradigma positivista da história tradicional. Num primeiro momento, o esforço de legitimação se expressou na tentativa de desenvolver metodologia padrão, como exige a ciência, para o processo de entrevista.

> "Atendendo à feroz crítica de cientistas sociais positivistas e historiadores documentalistas tradicionais, alguns dos primeiros manuais de entrevistas procuram legitimar a história oral advogando um modelo 'científico' para a entrevista de pesquisa: o entrevistador deveria usar um questionário consistente e cuidadosamente estruturado de modo a facilitar a análise comparativa; ele, ou ela, deveria controlar o enfoque e o fluxo da entrevista, mantendo, porém, uma presença neutra e objetiva, evitando, assim, afetar adversamente as histórias contadas". (Thompson, 2000, p.48)

Mas os historiadores orais perceberam grande dificuldade em seguir tais procedimentos. Surge uma reação que sugere que o método de entrevista não deve ser tão pré-formatado, mas mantém-se uma espécie de metodologia na forma de conselhos prático:

> ..."a importância da preparação; a necessidade de estabelecer *rapport* e intimidade, de ouvir e de fazer perguntas abertas, de refrear os impulsos de interromper; a importância de permitir pausas e silêncios, de fugir dos jargões, de evitar ser inquisitivo e de minimizar a presença do gravador" (Ibidem)

Ao descrever o processo de entrevista jornalística que defende, Medina sugere procedimento semelhante. Chama a isso de "Diálogo Possível" (1986). O jornalista deve saber ouvir, deixar que fale, observar gestos e silêncios. "O entrevistado passeia por atalhos, mergulha e aflora, finge e é, sonha e traduz seu sonho, avança e recua, perde-se no tempo e no espaço. O repórter, se for um bom curtidor de papos sem limites profissionais, embarca e se deleita." (1986, p. 43)

Para dar sentido a esse "papo sem limites", o repórter terá que exercitar sua capacidade de interpretar. Cremilda cita a primeira edição do livro "A arte de tecer o presente", publicado em parceria com Paulo Roberto Leandro (1972) em que os autores

afirmam: "A distância que existe entre a realidade objetiva e a representação dessa realidade é percorrida pela interpretação (2003, p.123)."

Por fim, mais livre para entregar-se à literatura que o historiador, Medina sugere que o jornalista precisa "ter um bom repertório de saídas narrativas, por certo desenvolvidas pela arte, para tentar a representação possível do Diálogo Possível na comunicação coletiva" (1986, p.45).

Para os historiadores orais, a tarefa é mais árdua. É preciso legitimar o resultado de tais entrevistas como fonte de conhecimento histórico. Um método de entrevista aberta e disposição de escuta pode ser suficiente para a construção de belas narrativas, mas não garantem, por si, o rigor da construção de um conhecimento sobre a história.

Retornando a Thompson, embora as orientações citadas por ele sejam de difícil contestação,

> "não existe uma única 'maneira certa' de entrevistar, e a maneira que o 'bom senso' indica como 'certa' para entrevistas com membros da elite política branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais." (Thompson, 2000, p.48)

O que se percebeu, mais recentemente, no campo da história oral, é que "a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos" (Idem, p.49). Se a entrevista é uma relação que se estabelece entre dois sujeitos (entrevistador e entrevistado), não há como pretender-se alcançar, através dela, o conhecimento de fatos históricos entendidos como parte de uma realidade objetiva. Não se trata, portanto, de um processo de aproximação da realidade objetiva, tomada como um ponto fixo que constitui a meta que se busca alcançar.

O que se pode acessar, através da entrevista, não são os fatos, mas as narrativas. Narrativas que, longe de representarem fragmentos de um acontecimento, expressam a integridade, identidade – ou tentativa de – de um sujeito, dentro de um contexto determinado. E o contexto da narrativa colhida pelo entrevistador é a própria entrevista.

O reconhecimento do papel determinante da subjetividade explicita o fato de que "a história oral é uma arte que requer vários sujeitos" (PORTELLI, 2010, p. 35).

> "não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa

> interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados" (PORTELLI, 1996, p.59)

A partir desta percepção, para muitos historiadores orais, o alvo de suas investigações passa a ser a própria memória, não mais os fatos históricos. "A história oral deve necessariamente ter em conta o trabalho incessante da memória, que opera uma triagem no passado em função do presente." (VIDAL, 1990, p. 82)

Se, por um lado, o caráter científico da história oral tornou-se difícil de sustentar, por outro, a história tradicional, baseada em documentos, começa a ser arrastada, também, para o território vulnerável e inseguro da subjetividade. Afinal, os documentos também são narrativas específicas, construídas por determinados sujeitos em determinados contextos. Documentos que não podem ser analisados em seu sentido original, mas apenas interpretados dentro do contexto presente.

O que o historiador oral procura não é o fato, nem a construção de uma narrativa literária, mas os sentidos da história. Sentidos que se constroem no presente, a história presentificada. É no contexto da entrevista que esses sentidos são construídos, na relação entre entrevistador e entrevistado. O que o entrevistado diz depende, em grande parte, de quem e como lhe pergunta.

Este olhar que coloca o sujeito da pesquisa dentro do campo de observação e joga luzes sobre ele, expõe os jogos de poder que se estabelecem em toda processo de construção do conhecimento. Não os elimina, mas os declara. A luz, inevitavelmente, se espalha para os demais campos do conhecimento.

> "Nos últimos anos, pesquisadoras feministas, especificamente, desmascararam as ideias positivistas sobre o pesquisador neutro e objetivo e instigaram os pesquisadores a explorar seus próprios envolvimentos subjetivos no projeto de pesquisa." (THOMPSON, 1998, p.277)

O sujeito mostra-se, em vez de ocultar-se em recursos que dão ao texto final tom impessoal. O que se revela são os ruídos da história. Narrativas que explodem os sentidos dominantes da história, sem oferecer um novo grande sentido que os substitua. É preciso lidar com a inquietude dos sentidos incompletos.

Considerações

O jornalismo é a narrativa histórica do presente. Mais precisamente, do passado recente.

As manifestações recentes que levaram milhões de pessoas às ruas das cidades brasileiras assustaram políticos, jornalistas e a o próprio povo que foi às ruas e não se imaginava tão poderoso. A força explosiva do movimento e seu caráter absolutamente novo e caótico provocou perplexidade.

Para o jornalismo, talvez possa significar um sopro de vitalidade. Diante do inexplicável, muitos trataram de tentar ouvir seus ruídos. O grito de guerra "Vem pra rua, vem!" puxou alguns jornalistas que se viram obrigados a falar de dentro, abandonando a distanciamento pretensioso.

O texto jornalístico, porém, pressupõe uma estrutura que exige sentido definitivo. Notícias, reportagens e artigos de opinião, dos mais medíocres aos mais brilhantes, ofereceram sentidos mais fechados do que seria prudente propor diante de fenômeno tão deliberadamente caótico e insubordinado a qualquer comparação fácil com fenômenos anteriores. Jornalistas saberiam escrever de outra maneira? O público aceitaria? De um lado, o jornalista afoba-se por fechar o sentido de sua observação antes mesmo de enxergar o que tem diante de si. Do outro, o leitor compra o jornal ávido pelo sentido que lhe escapa e espera que o jornal recomponha a ordem social perdida.

Mas, até que ponto simplificações grosseiras como a divisão das manifestações entre vândalos e manifestantes pacíficos, ou entre grupos de esquerda e de direita ajudam, de fato, a compreender o caos? Mais provável que sirvam para encobrir o caos, nos impedindo de enxergá-lo, eliminando qualquer possibilidade de captar alguns de seus sentidos. Até que ponto a objetividade positivista, a encobrir as subjetividades e afastar os ruídos, ajudou a nos tronar surdos às tais "vozes das ruas"? Até que se tornaram grito a nos ensurdecer de vez!

Um alarme foi disparado pelos milhões de brasileiros espalhados pelas ruas do país. Até agora, parece que os ocupantes dos cargos de poder do Estado, tornaram-se pouco hábeis para ouvir sinais que não venham de seus próprios pacotes de verdades e interpretações sobre o mundo e a sociedade. Para o jornalismo, o desafio está lançado. Estamos preparados para nos desprender do positivismo que nos formou e mergulhar no caos para reconhecer seus ruídos? Ou nos deixaremos atropelar pelas redes sociais?

Bibliografia

AUBENAS e BENASAYAG, Florence e Miguel. **A ideologia do mundo da informação**. São Paulo: Loyola, 2003.

BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de redação da Folha de S. Paulo**. São Paulo: Ed. Folha, 2001.

GARCIA, Luiz. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Globo, 2001.

LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1999. 5ª ed.

_____. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 2000.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer a manhã**. São Paulo: Summus, 2003.

_____, C. **Entrevista: O Diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2000.

PORTELLI, Alessandro. "A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". Em: **Tempo**, vol. 1, n°. 2. Rio de Janeiro: 1996, p. 59-72

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta: Condições e contradições do trabalho Jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THOMPSON, Alistair. "Quando a memória é um campo de batalha: envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional." Em: **Projeto História**, (16), fev, 1998. p. 277-296.

THOMPSON, Alistair. "Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral" (p.47 a 65) in: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania; FERREIRA, Marieta (org.). **História Oral: desafios para o Século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.

VAZ, Ana Lucia. **Jornalismo na correnteza**. Rio de Janeiro: SENAC, publicação prevista: 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. "De Heródoto ao gravador: histórias da história oral" in: **revista Resgate**. Campinas: UNICAMP, Centro de Memoria , n.1, (jan. 1990), p.77-82

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995. 4ª ed.